



Estrasburgo, 23.10.2018
COM(2018) 800 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

Programa de Trabalho da Comissão para 2019

Cumprir o prometido e preparar o futuro

I. Cumprir o prometido e preparar o futuro

Os próximos meses serão decisivos para a União Europeia. No próximo mês de maio, os europeus elegerão um novo Parlamento Europeu. Como sublinhou o Presidente da Comissão no seu discurso sobre o Estado da União, em 12 de setembro de 2018, as escolhas dos eleitores refletirão a sua confiança na capacidade da União Europeia para dar resposta aos desafios que nenhum dos nossos Estados-Membros pode resolver individualmente.

Desafios como garantir que a retoma do crescimento económico na Europa reverta verdadeiramente em benefício de todos, o que implica investir nos empregos do futuro e tirar partido da transição para uma economia digital e hipocarbónica. Desafios ligados aos fluxos migratórios que, embora tenham diminuído de intensidade em relação aos anos de crise de 2015-2016, continuarão a afetar-nos no futuro e exigem soluções europeias sustentáveis. Desafios para as nossas sociedades democráticas, os nossos valores e a nossa segurança, ligados ao terrorismo, a ciberataques e, cada vez mais, a campanhas de desinformação. Desafios resultantes de uma situação global cada vez mais volátil, em que a demografia, a competição pelos recursos e as alterações climáticas exigem uma aposta coletiva na sustentabilidade, numa altura em que alguns contestam as instituições e as regras que têm norteado a ordem mundial nos últimos 50 anos.

Mais do que nunca, a Europa tem de se manter unida, forte e democrática e mostrar que só juntos poderemos encontrar soluções para estes desafios e assim proteger, capacitar e defender os nossos cidadãos.

Desde o início do seu mandato, a atual Comissão tem utilizado os programas de trabalho anuais para colocar a tónica nos desafios mais significativos, face aos quais acreditamos que a ação europeia pode fazer a diferença. Com as iniciativas anunciadas paralelamente ao discurso sobre o Estado da União, demos por concluída a apresentação das propostas legislativas necessárias para avançar na concretização das dez prioridades da Comissão Europeia para 2014-2019. Em colaboração com o Parlamento Europeu e o Conselho, já obtivemos um acordo em relação a quase metade destas propostas, sendo que outras 20 % se encontram numa fase avançada do processo legislativo. Devemos agora concentrar-nos em converter as restantes em legislação, incluindo todas as propostas prioritárias identificadas nas Declarações Comuns, e em garantir a sua aplicação efetiva. O diálogo que a Comissão estabeleceu com o Parlamento Europeu e o Conselho durante a preparação do presente programa de trabalho confirmou o empenho comum em prosseguir e intensificar esta dinâmica. Chegou o momento de mostrar que, juntos, podemos cumprir o que prometemos.

Para manter a ênfase nas propostas já apresentadas, o programa de trabalho deste ano introduz apenas um número limitado de novas iniciativas que, juntamente com as apresentadas paralelamente ao discurso sobre o Estado da União, são essenciais para a plena concretização das 10 prioridades. Estas iniciativas abordam desafios pendentes que exigem uma ação coletiva e decisiva: a conclusão dos trabalhos no domínio da migração; o aprofundamento da União Económica e Monetária; a resolução das crescentes tensões no sistema de comércio mundial; a luta contra as ameaças contínuas ao Estado de direito em alguns

Estados-Membros; e a conclusão de um acordo com o Reino Unido sobre a sua saída da União. A Comissão assegurará igualmente a aplicação da legislação adotada e a avaliação do acervo existente a fim de preparar o futuro, propondo também a retirada ou a revogação de uma série de propostas e leis obsoletas.

Por último, o presente programa de trabalho dá seguimento ao Roteiro para Sibiu, que beneficiou de um forte apoio por parte do Parlamento Europeu e foi integrado na Agenda dos Dirigentes. A Cimeira de Sibiu terá lugar no Dia da Europa, em 9 de maio de 2019, seis semanas após o Brexit e duas semanas antes das eleições europeias. A UE a 27 terá assim uma oportunidade crucial de delinear o seu próprio horizonte para 2025. Nesta perspetiva, e antes da realização da cimeira, importa alcançar um acordo político sobre a proposta da Comissão relativa a um quadro orçamental futuro mais simples e flexível. Além disso, ao longo dos próximos meses, a Comissão providenciará uma série de contribuições prospetivas em preparação para a cimeira, para que os líderes da UE possam inspirar uma confiança renovada no futuro da nossa União a 27.

II. Cumprir plenamente as 10 prioridades da Comissão Juncker antes das eleições para o Parlamento Europeu

Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento

A economia da Europa regista um bom desempenho, tendo o crescimento atingido o valor mais alto dos últimos 10 anos em 2017. O emprego e o investimento regressaram aos níveis anteriores à crise e a situação das finanças públicas melhorou de forma significativa. No entanto, subsistem diferenças em termos de condições económicas, sociais e orçamentais entre os Estados-Membros. À luz da evolução da conjuntura económica mundial, temos de aproveitar a dinâmica atual para continuar a promover políticas que nos permitam tirar proveito de novas oportunidades económicas e preparar a economia para enfrentar futuros desafios.

Tal implica continuar a investir nas reformas necessárias para manter a União numa trajetória de crescimento estável e sustentável. As propostas modernas, justas e equilibradas da Comissão para o próximo quadro financeiro plurianual da União a 27 promoverão a realização dos nossos objetivos comuns para a próxima década. Os domínios visados são aqueles em que a União está mais bem posicionada para alcançar resultados concretos, como afirmado pelos líderes da UE em Bratislava e em Roma. Estas propostas permitirão fazer face a desafios significativos, como o desemprego dos jovens, a migração, a segurança, a transformação tecnológica e digital e a transição para uma economia mais sustentável e hipocarbónica. A Cimeira de Sibiu deverá confirmar o acordo político sobre o futuro orçamento, mostrando assim que a União a 27 permanece unida, tem uma noção clara do rumo a seguir e está preparada para traçar o seu próprio destino, produzindo os resultados que os cidadãos esperam dela.

Os fundos públicos podem contribuir para estimular o tipo de investimento pretendido mas, em última análise, são as empresas que criam emprego e crescimento. Devemos, por conseguinte, continuar a mobilizar os recursos disponíveis. O Plano de Investimento para a Europa, ou seja, o Plano Juncker, já gerou 344 mil milhões de EUR de investimentos adicionais, superando assim o seu objetivo inicial de 315 mil milhões de EUR. Até 2020, estes investimentos deverão criar 1,4 milhões de postos de trabalho e aumentar o produto interno bruto da UE em 1,3 %. O plano foi reforçado e alargado com vista a mobilizar cerca de 500 milhões de EUR de investimento adicional até ao final de 2020. A Comissão fará o balanço dos progressos realizados e identificará novas formas de estimular o investimento, nomeadamente no âmbito do futuro programa InvestEU.

Precisamos igualmente de chegar a um consenso sobre as restantes propostas com vista a impulsionar a transição para uma economia circular que apoie a inovação, o emprego e o crescimento e promova a utilização sustentável dos nossos escassos recursos. É necessário obter um acordo rápido sobre a proposta relativa aos plásticos de utilização única, a fim de reduzir a quantidade de plásticos nocivos nos nossos mares e oceanos e proporcionar às empresas um forte incentivo para procurarem alternativas sustentáveis e inovadoras. Tal fomentará a inovação europeia e conferirá às nossas empresas uma vantagem tecnológica sobre os seus concorrentes a nível mundial, impulsionando assim o crescimento sustentável e o emprego para o futuro.

Um Mercado Único Digital Conectado

Os europeus já desfrutam dos benefícios do Mercado Único Digital, tais como a supressão das tarifas de itinerância e a possibilidade de aceder aos conteúdos subscritos - filmes, desporto, música, jogos de vídeo e livros eletrónicos - em qualquer parte da UE. A partir de dezembro deste ano, os europeus poderão também fazer compras em linha sem discriminações injustificadas ligadas ao local de residência.

Das 30 iniciativas legislativas propostas pela Comissão no âmbito do Mercado Único Digital, 18 foram adotadas. Importa agora concluir as restantes propostas, nomeadamente em matéria de direitos de autor, privacidade eletrónica e direito dos contratos. É necessário criar rapidamente o Centro Europeu de Competências Industriais, Tecnológicas e de Investigação em Cibersegurança, bem como a Rede de Centros Nacionais de Coordenação, a fim de ajudar a UE a manter e a desenvolver as capacidades tecnológicas e industriais em matéria de cibersegurança necessárias para a proteção do nosso Mercado Único Digital.

Prosseguiremos os trabalhos no tocante ao desafio emergente da inteligência artificial, promovendo uma ação coordenada em toda a União Europeia e seguindo as etapas definidas este ano. A Comissão e a Alta Representante apresentarão também um novo plano de ação conjunto para combater a propagação generalizada de desinformação em linha na Europa, que fragiliza a confiança dos europeus nos processos e nas instituições democráticos, bem como nos meios de comunicação social independentes e livres. É particularmente importante que esta questão seja abordada antes das eleições do próximo ano para o Parlamento Europeu .

Apresentaremos igualmente uma recomendação com vista à criação de um formato de registo europeu eletrónicos em matéria de saúde, que facilitará o intercâmbio transfronteiras de dados sobre os pacientes. Para além destes últimos, tal beneficiará igualmente os prestadores de cuidados de saúde e contribuirá para promover o progresso da medicina através da digitalização dos serviços de saúde. No domínio da saúde pública, apresentaremos igualmente um quadro abrangente para os desreguladores endócrinos.

Uma União da Energia resiliente, dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro

Nos últimos quatro anos, temos investido na nossa própria União da Energia a fim de garantir um aprovisionamento sustentável, independente e seguro para os cidadãos. Temos liderado a luta global contra as alterações climáticas e somos a única grande economia que adotou legislação para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 40 % até 2030, em conformidade com o Acordo de Paris.

Precisamos de continuar a trabalhar para obter o acordo dos legisladores sobre as restantes propostas do pacote Energias Limpas para todos os Europeus. No intuito de melhorar o funcionamento do mercado interno de energia da UE e reforçar a solidariedade entre os Estados-Membros, é igualmente essencial que os legisladores cheguem a acordo sobre regras comuns para os gasodutos que alimentam o mercado europeu do gás e concluem a nova legislação sobre os mercados da eletricidade. Há ainda que chegar a acordo sobre as propostas da Comissão no âmbito do pacote de mobilidade «A Europa em Movimento» para assegurar a execução atempada da nossa agenda para uma mobilidade segura, limpa e conectada e ainda em matéria de financiamento sustentável, com vista a mobilizar o capital privado necessário para apoiar a agenda da UE no domínio do clima e do desenvolvimento sustentável.

A adoção atempada destas medidas permitirá implementar os instrumentos de apoio e instituir o quadro jurídico da política climática da UE para 2030. Em conjunto, estas políticas em matéria de clima e energia permitirão reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em cerca de 45 % até 2030, superando o compromisso assumido pela UE ao abrigo do Acordo de Paris no sentido de reduzir as emissões em, pelo menos, 40 % até 2030, face aos níveis de 1990. Além disso, colocar-nos-ão numa trajetória conducente a uma redução das emissões em cerca de 60 % até 2050. No entanto, tal não é suficiente para que a UE cumpra os objetivos fixados no Acordo de Paris no que respeita à temperatura. O mais recente relatório especial do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas confirma inequivocamente o impacto negativo das alterações climáticas. Neste contexto, a Comissão irá propor uma estratégia da UE para a redução a longo prazo das emissões de gases com efeito de estufa, na antecipação da Conferência de Katowice sobre as Alterações Climáticas que terá lugar em dezembro de 2018. Apresentaremos igualmente um relatório sobre o estado da União da Energia, bem como sobre os progressos realizados para promover a liderança da Europa no setor das baterias.

Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada

Em 2018, assinalamos o 25.º aniversário do mercado único. Representando um quinto da economia mundial, o mercado único é singular e constitui o melhor trunfo da Europa para gerar crescimento económico e ajudar as empresas europeias a prosperar, inovar e criar postos de trabalho. O nosso peso coletivo permite-nos desempenhar o papel de organismo de normalização e servir de parâmetro de referência mundial para questões como a proteção de dados, os megadados, a inteligência artificial e a automatização, exportando assim os nossos valores e moldando a economia mundial.

Chegou a hora de cumprir o prometido e explorar plenamente as potencialidades do Mercado Único em todas as suas dimensões. É essencial chegar a acordo quanto às propostas pendentes no âmbito dos pacotes «Mercadorias» e «Serviços» a fim de garantir a segurança dos produtos e reforçar a confiança no mercado único. Devemos redobrar esforços para chegar a acordo sobre uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades, bem como sobre as propostas relativas a uma tributação justa e eficiente da economia digital, de modo a que todas as empresas, tanto grandes como pequenas, paguem a sua justa parte de impostos no local onde são gerados os seus lucros. Importa igualmente chegar a acordo sobre as propostas relativas a um imposto justo e eficiente sobre o valor acrescentado, a fim de criar um sistema mais simples (em especial para as pequenas empresas) e à prova de fraude e atualizar a fixação das taxas reduzidas deste imposto. Deve também ser alcançado um acordo sobre as propostas legislativas relativas ao direito das sociedades, a fim de evitar que algumas empresas utilizem de forma abusiva o direito de se deslocarem e crescerem para além das fronteiras nacionais para efeitos de evasão fiscal ou para comprometer os direitos dos trabalhadores. É também urgente chegar a um consenso sobre as propostas legislativas relativas a um Novo Acordo para os Consumidores, que irá modernizar e simplificar a legislação em matéria de defesa do consumidor e reforçar o direito à reparação individual através de ações coletivas.

O pleno funcionamento da União dos Mercados de Capitais, pautado por mercados profundos e líquidos, é crucial para manter a estabilidade financeira, apoiar o mercado único e diversificar as fontes de financiamento das empresas europeias, incluindo as de menor dimensão. Urge chegar a acordo sobre as propostas relativas ao produto individual de reforma pan-europeu, à reforma da infraestrutura do mercado europeu e à melhoria da arquitetura de supervisão financeira da UE, bem como sobre a proposta em matéria de insolvência das empresas, reestruturação e concessão de uma segunda oportunidade. O mesmo se aplica às outras propostas da União dos Mercados de Capitais em matéria de financiamento colaborativo, obrigações cobertas, distribuição transfronteiras de fundos de investimento, cotação das PME nos mercados públicos e estabelecimento de regras mais proporcionadas e eficazes para as empresas de investimento. Tendo em conta a gravidade das recentes revelações em matéria de branqueamento de capitais no setor financeiro, importa também obter rapidamente um acordo sobre as propostas relativas a uma supervisão reforçada em matéria de luta contra o branqueamento de capitais, a fim de assegurar uma melhor supervisão e aplicação das regras em toda a UE.

Além dos benefícios que traz às empresas, o mercado único serve também de garante em termos de elevados padrões sociais e de proteção dos trabalhadores. Há um ano atrás, na Cimeira Social de Gotemburgo, o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia proclamaram o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. No âmbito das suas competências, a Comissão tomou medidas para dar seguimento a esta proclamação através de iniciativas concretas. É agora necessário chegar a acordo sobre a criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho, bem como sobre as propostas destinadas a conciliar a vida profissional e a vida privada e a garantir condições de trabalho mais transparentes e previsíveis para todos, incluindo para os trabalhadores com contratos atípicos. Temos de chegar a acordo quanto à revisão das regras em matéria de coordenação dos sistemas de segurança social dos Estados-Membros, à proteção dos trabalhadores contra os agentes cancerígenos e ao acesso à proteção social. É também tempo de finalizar o Ato Europeu da Acessibilidade, para que as pessoas com deficiência possam efetivamente exercer o direito a participar plenamente na sociedade e no mercado de trabalho, em igualdade de condições.

Manter, aplicar e aprofundar o mercado único é um exercício permanente e contínuo: temos de colmatar as lacunas existentes e melhorar o seu funcionamento. Por conseguinte, assume uma importância primordial obter um acordo sobre os processos legislativos pendentes e assegurar a correta aplicação da regulamentação nos Estados-Membros. Em preparação do debate a ser travado pelos dirigentes no Conselho Europeu de dezembro, a Comissão apresentará uma comunicação centrada na eliminação das barreiras que subsistem, bem como nas possibilidades de ação com vista a garantir que a Europa aproveite as novas oportunidades suscitadas pelo quadro mundial em mutação.

Uma União Económica e Monetária mais aprofundada e mais equitativa

Em 1 de janeiro de 2019, celebraremos o 20º aniversário da moeda única, utilizada diariamente por 340 milhões de europeus em 19 Estados-Membros. A área do euro, que representa quase 85 % do produto interno bruto da União a 27, resistiu à pior crise financeira da nossa época, da qual saiu fortalecida. Chegou o momento de reforçar os alicerces do euro e colocar uma ênfase clara no papel estratégico que este deve desempenhar na cena mundial. Neste contexto, a conclusão da União dos Mercados de Capitais afigura-se particularmente importante.

É também essencial concretizar as propostas integradas no roteiro para aprofundar a União Económica e Monetária, incluindo os instrumentos orçamentais propostos ao abrigo do próximo quadro financeiro plurianual. Tal reforçará a convergência e permitirá à União Económica e Monetária — atendendo nomeadamente à Função de Estabilização Europeia e ao Programa de Apoio às Reformas — assegurar uma maior resiliência macroeconómica e prosseguir as reformas estruturais. Em junho de 2018, na Cimeira do Euro que reuniu todos os Estados-Membros, os dirigentes anuíram concluir a União Bancária, nomeadamente através da criação de um mecanismo de apoio comum para o Fundo Único de Resolução e da realização de avanços rumo ao Sistema Europeu de Seguro de Depósitos. Acordaram igualmente aprofundar e reforçar o papel do Mecanismo Europeu de Estabilidade enquanto instrumento de gestão de crises. Deve ser dada prioridade à prossecução destes trabalhos, bem

como à obtenção de um acordo sobre as propostas relativas à redução dos riscos no setor bancário e à contenção do crédito malparado. Uma área do euro resiliente exige Estados-Membros resilientes e um maior vigor na convergência económica e social. Neste sentido, a Comissão continuará a consolidar o Semestre Europeu, dando ênfase ao apoio e às orientações a fornecer aos Estados-Membros para alcançar um crescimento sustentável, inclusivo e a longo prazo.

Comércio: uma política comercial equilibrada e progressista para tirar partido da globalização

Graças à sua dimensão, bem como aos seus valores e objetivos comuns, a União Europeia distingue-se pelo facto de ter celebrado acordos comerciais com 69 países, que representam 40 % do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. No entanto, tendo em conta o agravamento das tensões e a crescente imprevisibilidade da ordem comercial mundial, precisamos de reiterar sistematicamente o nosso empenho na preservação e no reforço do sistema internacional baseado em regras. A conclusão célere do Acordo de Parceria Económica UE-Japão, o maior acordo comercial jamais negociado pela União Europeia, constituirá um marco simbólico deste empenho. Envidaremos igualmente esforços para assegurar a rápida entrada em vigor dos acordos com Singapura e com o Vietname, bem como para concluir as negociações nas quais foi alcançado um acordo de princípio (México) ou que já se encontram numa fase avançada (Chile e Mercosul). Devemos também avançar tanto quanto possível com as negociações comerciais em curso, incluindo com a Austrália e a Nova Zelândia.

A UE tem todas as razões para se mostrar confiante e assertiva nas suas relações comerciais mas não seremos ingénuos. É importante que os legisladores cheguem rapidamente a acordo sobre a proposta relativa à análise do investimento direto estrangeiro, a fim de monitorizar e prevenir aquisições estrangeiras que possam prejudicar os interesses da UE. Importa ainda que os Estados-Membros ponham termo ao impasse relativamente à proposta de um instrumento internacional de contratação pública, de molde a impedir que as empresas da UE possam ser discriminadas em termos de acesso aos contratos públicos de países terceiros. Os Estados-Membros devem também aprovar a reforma das regras em matéria de bens de dupla utilização, a fim de evitar que o comércio sirva de cobertura à circulação de bens suscetíveis de serem utilizados para violar direitos humanos.

Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseado na confiança mútua

A salvaguarda dos direitos fundamentais e da segurança tem sido uma prioridade absoluta nos últimos quatro anos. Para criar uma verdadeira União da Segurança, é agora essencial chegar a acordo sobre as propostas relativas ao acesso transfronteiras a provas eletrónicas por parte das autoridades responsáveis pela aplicação da lei, à comercialização e utilização de precursores de explosivos, ao reforço da segurança dos bilhetes de identidade e à facilitação do acesso e utilização transfronteiras de dados financeiros pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei. Temos também de redobrar esforços para privar os terroristas de meios de ação, adotando medidas para evitar a divulgação de conteúdos terroristas na Internet e alargando o mandato da Procuradoria Europeia por forma a incluir a luta contra o terrorismo transfronteiras.

Para garantir que os sistemas de informação europeus nos domínios da segurança, migração e gestão das fronteiras funcionem em conjunto de forma mais inteligente e eficiente, é necessário adotar rapidamente a proposta relativa à interoperabilidade desses sistemas, bem como atualizar, por exemplo, o Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais, o Eurodac e o Sistema de Informação sobre Vistos.

Os casos *Dieselgate*, *Luxleaks*, *Panama Papers* e *Cambridge Analytica* revelam que os alertadores desempenham um papel importante na deteção de atividades ilícitas que lesem o interesse público e o bem-estar dos cidadãos. Por esta razão, é necessário chegar a acordo quanto a uma proteção reforçada dos alertadores que denunciam violações do direito da UE.

Temos também de garantir a eficácia da ajuda prestada pela UE às pessoas afetadas por catástrofes naturais, adotando para o efeito a proposta relativa ao Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (rescEU).

O respeito pelo Estado de direito, um dos valores da União, é essencial para a democracia e para a salvaguarda dos direitos fundamentais. É também um aspeto fundamental para garantir o funcionamento da União Europeia enquanto mercado interno e como um território em que a legislação é aplicada uniformemente, o orçamento é gasto de forma correta, e onde os Estados-Membros e os seus cidadãos podem cooperar num espírito de confiança mútua para a concretização de objetivos comuns. O procedimento previsto nos Tratados para determinar a existência de um risco manifesto de violação grave dos valores da União, nomeadamente do Estado de direito, foi desencadeado em relação a dois Estados-Membros, havendo motivos de apreensão relativamente a outros Estados-Membros. Por conseguinte, existe um consenso crescente quanto à necessidade de a União Europeia e de os seus Estados-Membros envidarem mais esforços para salvaguardar e aplicar o Estado de direito. Neste contexto, a Comissão tenciona apresentar uma iniciativa destinada a reforçar o quadro do Estado de direito instaurado em 2014.

Rumo a uma nova política de migração

A pressão migratória continua a ser uma das principais preocupações dos cidadãos europeus, apesar de a crise ter sido ultrapassada. A gestão adequada dos fluxos migratórios, que continuarão a representar um desafio durante muitos anos ainda, exige uma resposta global.

Assistiu-se a uma queda de 95 % na chegada à União Europeia de migrantes em situação irregular em relação ao pico registado em outubro de 2015. No entanto, este ano também veio confirmar a importância de vigiar todas as rotas: a afluência de migrantes registou uma diminuição significativa na rota do Mediterrâneo Central mas aumentou nas rotas do Mediterrâneo Oriental e, sobretudo, do Mediterrâneo Ocidental. As rotas migratórias e os fatores que determinam a sua utilização estão constantemente a mudar, pelo que precisamos de nos preparar para o futuro. A principal prioridade continua a ser a adoção de um Sistema Europeu Comum de Asilo eficaz, baseado nos princípios da responsabilidade e da solidariedade. Cinco das sete propostas iniciais de reforma do sistema foram provisória ou parcialmente acordadas, sendo agora necessário avançar com a sua adoção, integrando as alterações destinadas a reforçar as capacidades operacionais do novo organismo europeu de

asilo, propostas paralelamente ao discurso sobre o Estado da União. Ao mesmo tempo, é necessário concentrar os nossos esforços na aprovação das restantes duas propostas: a reforma do sistema de Dublin e o Regulamento Procedimentos de Asilo.

Uma política de migração credível implica mostrar aos cidadãos que conseguimos gerir as nossas fronteiras externas de uma forma eficaz, conceder proteção às pessoas que dela necessitam e repatriar os demais migrantes. O reforço da coerência e da eficácia da nossa política de regresso e a redução dos incentivos à migração irregular são essenciais, tendo a Comissão apresentado as propostas necessárias neste sentido. Do mesmo modo, precisamos de alcançar rapidamente um acordo sobre a reforma da Diretiva Regresso e reforçar as capacidades da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira mediante a criação de um corpo permanente de 10 000 guardas costeiros até 2020, com competências alargadas em matéria de regresso e possibilidade de realizar operações mais vastas nos países parceiros exteriores à UE.

Ao mesmo tempo, a Europa deve também redobrar esforços no que se refere à migração legal: precisamos de gerir adequadamente as necessidades do mercado de trabalho e a futura escassez de competências, protegendo simultaneamente os interesses da UE. Por esta razão, é essencial chegar a acordo sobre a revisão do regime do Cartão Azul da UE, a fim de tornar mais fácil e mais atrativo para os trabalhadores altamente qualificados trabalhar na Europa e contribuir para o crescimento das nossas economias.

Até dezembro de 2018, a Comissão publicará uma comunicação sobre a reciprocidade em matéria de vistos, na qual fará o balanço da situação e analisará as possibilidades de ação quanto à situação de não reciprocidade com os Estados Unidos.

Uma Europa mais forte na cena mundial

Unida, a Europa pode desempenhar um papel preponderante na cena mundial, trabalhando em prol da paz, do desenvolvimento sustentável, da segurança e da estabilidade, ao mesmo tempo que promove a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito.

Nesse sentido, e paralelamente aos esforços envidados para chegar a acordo sobre os programas financeiros destinados a sustentar o papel da Europa enquanto interveniente à escala mundial, a Comissão continuará a apelar à rápida adoção de medidas na sequência da sua iniciativa em prol de uma maior eficácia do processo de decisão no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum. Prosseguirá também os trabalhos com vista à implementação da Estratégia Global da UE em matéria de Política Externa e de Segurança, nomeadamente no que diz respeito à Índia, à América Latina e à Ásia Central.

Avançará com a execução da proposta relativa a uma nova Aliança África-Europa para o Investimento e o Emprego Sustentável. Para o efeito, o Plano de Investimento Externo da UE continuará a ser posto em prática com vista à concretização da sua meta ambiciosa: mobilizar até 44 mil milhões de EUR de investimentos sustentáveis até 2020.

A aplicação da nossa política de vizinhança, tanto a Leste como a Sul, continuará a ser uma prioridade fundamental. No que diz respeito ao alargamento da UE, a Comissão publicará

relatórios anuais sobre os progressos realizados nas suas relações com cada um dos parceiros em causa. Além disso, a Comissão irá avaliar e adotar um parecer sobre o pedido de candidatura à adesão apresentado pela Bósnia-Herzegovina.

Uma União da mudança democrática

Nos últimos quatro anos, a Comissão tem procurado tornar a União Europeia mais democrática, através, por exemplo, da abertura do processo de tomada de decisões aos cidadãos, do aumento da transparência relativamente às reuniões entre decisores da Comissão e representantes de interesses, da publicação de mandatos de negociação para os acordos comerciais e da incorporação dos princípios do Programa Legislar Melhor na conceção das políticas. As regras de financiamento dos partidos políticos europeus foram objeto de alterações significativas que aumentarão a transparência das relações entre eles e os seus afiliados, promoverão a legitimidade democrática através de um financiamento mais proporcional à luz das escolhas do eleitorado e reforçarão o controlo da aplicação a fim de impedir os desvios de fundos públicos.

Para proteger os nossos valores democráticos, devemos assegurar-nos de que as próximas eleições se realizam de forma livre e equitativa: para tal, é urgente chegar a acordo sobre as propostas que visam proteger os nossos processos democráticos contra tentativas de manipulação por parte de países terceiros ou interesses privados. Urge também chegar a acordo sobre a proposta de sancionar os partidos políticos europeus que violem a obrigação de proteção dos dados pessoais a fim de influenciar deliberadamente os resultados das eleições europeias.

As iniciativas de cidadania europeia oferecem aos cidadãos uma forma única e inovadora de participar na definição da agenda a nível da UE, solicitando diretamente à Comissão a tomada de medidas sobre uma questão que lhes interessa. Para simplificar a utilização do instrumento e explorar o seu pleno potencial, é essencial chegar rapidamente a acordo sobre a reformulação do regulamento, facilitando assim o lançamento e o apoio de iniciativas por parte dos cidadãos. Procuramos também ir ao encontro da vontade expressa pelos cidadãos em consultas públicas, como atesta a proposta que visa abolir as mudanças de hora sazonais.

Desde o início do seu mandato, a Comissão sublinhou a necessidade de a União colocar a tónica naquilo que realmente importa e de melhorar a legitimidade democrática da sua ação. Para o efeito, é essencial garantir o respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Juntamente com o presente programa de trabalho, a Comissão apresenta uma comunicação em que define medidas para reforçar o papel da subsidiariedade e da proporcionalidade na elaboração das políticas da UE, com base nas valiosas contribuições do Grupo de Trabalho Subsidiariedade, Proporcionalidade e «Fazer menos com maior eficiência». Em consonância com o parecer deste grupo de trabalho, tal enquadrar-se-á no âmbito mais lato da agenda «Legislar melhor», incluindo em termos do balanço projetado. A comunicação é acompanhada dos relatórios anuais sobre as relações entre a Comissão Europeia e os parlamentos nacionais e sobre a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

III. Oferecer a todos os europeus uma perspectiva sólida para o futuro

A Cimeira de Sibiu terá lugar em 9 de maio de 2019, uma data crucial: seis semanas após o Brexit e duas semanas antes das eleições para o Parlamento Europeu. Nesta cimeira, os dirigentes terão a ocasião de inspirar uma confiança renovada no futuro da nova União a 27. Durante o período de preparação e mesmo após a cimeira, a Comissão publicará uma série de relatórios e comunicações na perspectiva de 2025. Serão ou já foram apresentadas várias iniciativas com vista a:

- Reforçar o papel internacional do euro, no âmbito do esforço global para reforçar a soberania europeia;
- Aumentar o recurso à votação por maioria qualificada e permitir um processo de tomada de decisões mais eficaz em aspetos fundamentais da fiscalidade e das políticas sociais, para que a legislação da UE relativa ao mercado único possa acompanhar a evolução económica e social, bem como em vários domínios específicos das nossas relações externas, a fim de proporcionar instrumentos de tomada de decisão adequados à nossa política externa e de segurança comum;
- Refletir sobre o roteiro para uma Europa Sustentável até 2030, dando assim seguimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, incluindo o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas;
- Lançar os alicerces para um novo quadro institucional no domínio da nossa política energética e climática, apresentando opções para um recurso mais frequente à votação por maioria qualificada e para a possível reformulação do Tratado Euratom;
- Continuar a reforçar o quadro do Estado de direito adotado em 2014;
- Delinear formas de projetar uma União mais unida, mais forte e mais democrática no domínio da comunicação.

IV. Brexit e Preparação

Embora estejam a ser envidados esforços significativos para concluir um acordo sobre uma saída ordenada do Reino Unido da União Europeia e definir um quadro para as futuras relações UE-Reino Unido, será necessário tomar certas medidas para adaptar o acervo da UE no contexto da saída do Reino Unido, independentemente do resultado das negociações. Para além de seis atos legislativos já apresentados aos legisladores, a Comissão adotará duas outras propostas legislativas de preparação para o Brexit relativas, respetivamente, ao estatuto dos nacionais do Reino Unido em matéria de vistos após a saída do país e ao ajustamento dos valores do consumo de energia primária e final na legislação sobre a eficiência energética. As propostas serão apresentadas em novembro de 2018, de modo a que os legisladores disponham de tempo suficiente para proceder à sua adoção antes da data de saída.

Até ao final de 2018, a Comissão apresentará igualmente um certo número de atos delegados e de atos de execução necessários à preparação para o Brexit. À medida que as negociações evoluem, continuará a acompanhar de perto a situação e, se necessário, proporá outras

medidas tendo devidamente em conta o tempo necessário para que os legisladores concluam os seus trabalhos.

V. Legislar melhor, bem como aplicar e fazer cumprir o direito da UE

Desde o início do seu mandato, a Comissão tem consagrado uma enorme importância ao programa «Legislar Melhor», que passou a ser intrínseco ao seu processo decisório. Recentemente, a OCDE atribuiu à Comissão uma das melhores classificações a nível de boas práticas regulamentares. Para consolidar ainda mais estes progressos, estamos a realizar um balanço da nossa política «Legislar melhor» e apresentaremos, na primavera, um relatório sobre os respetivos resultados e as lições a extrair. Até lá, procuraremos utilizar os instrumentos da iniciativa «Legislar Melhor» para examinar devidamente as políticas em vigor, garantir que estas continuam a ser adequadas à sua finalidade e evitar custos desnecessários. O anexo II do presente programa de trabalho apresenta as avaliações e os balanços de qualidade mais significativos que iremos realizar, incluindo no que se refere ao seguimento dado aos pareceres da Plataforma REFIT. A plataforma prossegue os seus trabalhos e deverá brevemente adotar pareceres adicionais. Posteriormente, a Comissão apresentará uma exposição pormenorizada do seguimento dado a todos os pareceres, anteriores como novos, no painel de avaliação REFIT em linha, bem como na segunda análise anual dos encargos.

Qualquer norma, mesmo cuidadosamente elaborada e preparada, só pode ser eficaz se for corretamente aplicada na prática. É por esta razão que a Comissão continuará a dar tanta importância à correta aplicação da legislação como dá à sua conceção. A chave para uma aplicação eficaz do direito da UE reside na cooperação e na comunicação entre a Comissão e os Estados-Membros. Continuaremos a dialogar com os Estados-Membros para apoiar a aplicação da legislação da UE. Será necessário envidar esforços significativos nos próximos meses no que diz respeito ao processo de transposição e aplicação da legislação recente ou a ser brevemente adotada. Paralelamente, a Comissão continuará a atribuir uma atenção prioritária às violações graves do direito da UE que comprometem o valor acrescentado das suas regras, tomando medidas enérgicas sempre que necessário, tal como aconteceu recentemente em domínios como a qualidade do ar.

VI. Conclusão

Os restantes meses do mandato atual serão cruciais para demonstrar aos cidadãos que cumprimos o nosso programa em matéria de emprego, crescimento, equidade e mudança democrática. O programa de trabalho da Comissão para 2019 apresenta uma agenda clara e centrada na conclusão dos trabalhos que nos comprometemos a realizar no início do mandato. A Comissão continuará a trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e o Conselho a fim de concluir esta agenda, adotando e aplicando todas as propostas apresentadas. Este esforço comum europeu é indispensável para mostrar aos cidadãos que a Europa pode fazer a diferença através de uma ação orientada e eficaz, produzindo resultados

concretos. Em 9 de maio, em Sibiu, poderemos também dar provas de que a União Europeia a 27 consolidou as bases de uma Europa forte, unida e soberana, dispondo de sólidas perspectivas para o futuro.